

BÁRBARA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br**VEREADOR PASTOR VAI FAZER RETRATAÇÃO**

O vereador pastor Roberto Conde (PRB) fará um pedido público de desculpas às religiões de matriz africana na próxima sessão ordinária da Câmara de Jundiá. O parlamentar foi acusado por advogados de intolerância religiosa em novembro de 2017, quando fez uma publicação em suas redes sociais pedindo “que o povo de Deus orasse por Jundiá” durante uma sessão que homenageava a comunidade umbandista.

Em audiência pública, gestão tira dúvidas de vereadores

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Foi realizada, na noite desta quarta-feira (4), uma audiência pública sobre o projeto de lei nº 12.552. Como o JJ já havia adiantado no início da semana, trata-se de uma proposição que amplia a opção de contrapartidas a empresas que protocolaram projetos de parcelamento do solo na prefeitura antes de 2016, quando passou a valer o novo Plano Diretor.

Na lei anterior, toda contra-

partida por novos empreendimentos e loteamentos deveria seguir a proporção de 20% de área verde ou para lazer e 5% para equipamento urbano ou poderia ser cedida em dinheiro para a prefeitura em valor proporcional. Com o PL, além destas opções, a empresa pode também contribuir com uma obra de infraestrutura na cidade, seja uma creche, uma escola, uma Unidade Básica de Saúde ou obras de drenagem, pavimentação, trânsito etc.

O único município que se

pronunciou durante a audiência foi o professor Carmelito Ferreira de Jesus, que reprovou a iniciativa. “A prefeitura quer tirar responsabilidades das próprias costas. A gestão vai fazer todas as exigências, dar a planta para empresa e pedir tudo como quer? Isso pode gerar problemas”, criticou.

O vereador Cristiano Lopes (PSD) questionou se a lei vale para loteamentos residenciais. “Esse tipo de empreendimento aumenta a população daquela região. Isso não pode gerar

uma necessidade futura de escolas em locais onde a prefeitura não terá mais áreas para construir?”, indagou.

Sinéio Scarabello Filho, gestor da Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA), que representou o poder público no evento, explicou que, em algumas regiões, falta área para construir equipamentos, enquanto em outras regiões existem áreas de sobra, como no Distrito Industrial. “Se o município não tem área, ele pode recusar a contra-

partida em dinheiro ou em obra. Mas são em locais onde a área é muito pequena ou existe em abundância que este projeto vem a calhar”, explicou.

Edicarlos Vieira (PSD) questionou sobre essas pequenas áreas que já existem e que causam transtornos. “Não podemos mudar as áreas que já têm, pois a lei estadual proíbe, mas estamos revisando o Plano Diretor e determinando limites para evitar a criação de mais vielas e áreas pequenas que causam transtorno”, respondeu Sinéio.